



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA  
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0027  
BI-2024-0025

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

**Data:** 17/04/2024      **Hora:** 10:35      **Tipo:** Plano Operacional (PO-2024-0001)

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

**Outros técnicos de entidades oficiais:**

Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e para promoção da reutilização e reciclagem, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março.

No local foi contactado o Sr. Hugo Miguel Rainha Veríssimo, e a Sr.ª Vanessa Luísa Rainha Veríssimo, sócios-gerentes, que forneceram os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanharam a visita às instalações. As informações prestadas pela Sr.ª Vanessa Luísa Rainha Veríssimo, foram realizadas em deslocação posterior.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Pomar da Ilha, Comércio de Frutas e Legumes, Lda.      **NIPC/NIF:** 513296743

**Sede/morada:** Bicas de Cabo Verde, Armazém 8-A, nº 18

**Código Postal:** 9700-217      **Freguesia:** São Pedro

**Concelho:** Angra do Heroísmo      **Ilha:** Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Loja e Armazém

**Endereço:** Rua Doutor Aníbal Bettencourt, n.º 203

**Código Postal:** 9700-068      **Freguesia:** Nossa Senhora da Conceição

**Concelho:** Angra do Heroísmo      **Ilha:** Terceira

**Atividade:** Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, excepto batata.      **CAE:** 46311



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 19 horas.



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Medidas de redução do consumo de produtos de utilização única

#### 2.1.1 – Proibição de colocação no mercado

| Requisito   | Enq. legal   | Verificado | Justificação |
|---|--|------------|--------------|
| a) É proibida a colocação no mercado regional dos seguintes produtos de plástico de utilização única:<br>- Cotonetes;<br>- Talheres (garfos, facas, colheres e pauzinhos);<br>- Pratos;<br>- Palhas;<br>- Agitadores de bebida;<br>- Varas para serem fixadas a balões;<br>- Recipientes para alimentos, feitos de poliestireno expandido, incluindo tampas;<br>- Recipientes e copos para bebidas, feitos em poliestireno expandido, incluindo tampas. | n.º 1 e 2 do art. 4.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. a), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A | Cumprido   |              |
| b) É proibida a colocação no mercado de qualquer produto cujo componente estrutural seja plástico oxodegradável.  | art. 5.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. a), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A              | Cumprido   |              |

#### 2.1.2 – Sacos de plástico distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

| Requisito   | Enq. legal  | Verificado | Justificação |
|---|---|------------|--------------|
| a) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho é proibida a disponibilização ao consumidor de sacos de plástico de utilização única para embalagem primária de produtos vendidos a granel, com exceção da carne, peixe e seus derivados. | art. 6.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. b), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A | Cumprido   |              |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

| Requisito   | Enq. legal   | Verificado   | Justificação                             |
|---|--|--------------|--|
| b) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final incide uma taxa de 0,10 €.   | n.º 1 art. 7.º DLR 5/2022/A;   | Não cumprido | Cobrava a taxa de 0,04€.                 |
| c) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre sacos de plástico”, devendo indicar expressamente o número de unidades disponibilizadas.                       | n.º 2 art. 7.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. c),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A     | Cumprido     |  |
| d) Sobre a taxa cobrada não incide IVA. O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da taxa.   | n.º 3 art. 7.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. c),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A     | Cumprido     |  |
| e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves e ultraleves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco. | n.º 1 art. 8.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. d),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A     | Cumprido     | Saco plástico com denominação comercial. |
| f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação.   | n.º 3 e 4 art. 8.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. d),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A | Cumprido     |  |
| g) A mensagem de sensibilização a utilizar deve ser aprovada pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente.  | n.º 5 art. 8.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. d),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A     | Cumprido     |  |
| h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou da área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%.  | n.º 6 art. 8.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. d),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A     | Cumprido     |  |
| i) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior.   | n.º 4 art. 7.º DLR 5/2022/A;<br>Regime Geral das Infrações Tributárias                 | Cumprido     | 2022-TSP-353                             |

### 2.1.3 – Embalagens de bebidas

| Requisito   | Enq. legal  | Verificado    | Justificação |
|---|---|---------------|--------------|
| a) Nos locais onde se realizem atividades de restauração ou de bebidas e de alojamento, incluindo as atividades não sedentárias com espaço para consumo, é proibida a disponibilização, para consumo no local, de bebidas acondicionadas em embalagens não reutilizáveis, cujo componente estrutural principal seja plástico. | art. 9.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. e),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A  | Não aplicável |              |
| b) Só podem ser colocados no mercado regional os recipientes de plástico de utilização única para bebidas com capacidade inferior a três litros, incluindo as suas cápsulas e tampas, caso essas cápsulas e tampas permaneçam fixadas aos recipientes, durante a fase de utilização prevista no produto.                      | art. 10.º DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. f),<br>n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A | Não aplicável |              |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**2.1.4 – Outros produtos de plástico de utilização única**

| Requisito  | Enq. legal  | Verificado    | Justificação |
|--|---|---------------|--------------|
| a) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento, de restauração ou de bebidas, incluindo as atividades não sedentárias, é proibida a disponibilização de pratos, tigelas, caixas ou cuvetes e copos, incluindo as respetivas coberturas ou tampas, bem como colheres, garfos, facas, pauzinhos ou varetas, palhinhas e agitadores, cujo componente estrutural principal seja plástico e que, pelas suas características, se destinem a utilização única.  | n.º 1 art. 11.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. g),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A           | Não aplicável |              |
| b) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento, de restauração ou de bebidas, incluindo as atividades não sedentárias, em que sejam vendidos produtos alimentares ou refeições prontas a consumir, nos regimes de adquirir e levar ou com entrega ao domicílio, incluindo as atividades não sedentárias, é proibido proceder ao agrupamento ou acondicionamento de produtos alimentares ou refeições em caixas ou cuvetes e copos de utilização única, cujo componente estrutural principal seja plástico, incluindo as respetivas coberturas ou tampas. | n.º 1 art. 12.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. h),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A           | Não aplicável |              |
| c) Os estabelecimentos e outros locais abrangidos são obrigados a aceitar que os consumidores utilizem as suas próprias embalagens, exceto se considerarem que as mesmas são suscetíveis de provocar a deterioração dos alimentos ou que representam um risco de contaminação.   | n.º 1, 2 e 4 art.<br>12.º DLR<br>5/2022/A;<br>COA leve, al. h),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A | Não aplicável |              |
| d) Os seguintes produtos de plástico de utilização única apenas podem ser colocados no mercado regional caso cumpram os requisitos de marcação relativos às opções de gestão de resíduos e do impacto ambiental do plástico presente no produto:<br>- Pensos, tampões higiénicos e tampões com aplicador;<br>- Toalhetes húmidos para higiene pessoal e para uso doméstico;<br>- Produtos do tabaco com filtro e filtros;<br>- Copos para bebidas.   | n.º 1 e 2 art. 13.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. i),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A       | Cumprido      |              |

**2.2 – Medidas de promoção da reutilização e reciclagem**

| Requisito  | Enq. legal  | Verificado    | Justificação |
|--|---|---------------|--------------|
| a) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento e de restauração ou de bebidas, incluindo atividades não sedentárias, é obrigatória a separação dos resíduos de embalagens cujo componente estrutural principal seja papel, cartão, plástico, vidro e metal, bem como o seu encaminhamento para destino final adequado, de forma a promover a reciclagem. | n.º 1 art. 14.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. j),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A | Não aplicável |              |



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

| Requisito   | Enq. legal  | Verificado    | Justificação |
|---|---|---------------|--------------|
| b) Os locais abrangidos são obrigados à separação e encaminhamento para reciclagem de cápsulas de café, leite ou infusões, de utilização única, cujo componente estrutural principal seja em plástico ou metal. | n.º 2 art. 14.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. j),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A | Não aplicável |              |
| c) Quando exista recolha de biorresíduos, os locais abrangidos ficam obrigados a realizar a separação destes em recipientes próprios e a assegurar o seu encaminhamento para destino adequado de valorização.   | n.º 3 art. 14.º<br>DLR 5/2022/A;<br>COA leve, al. j),<br>n.º 2, art. 17.º<br>DLR 5/2022/A | Não aplicável |              |

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

Incumprimento da obrigação de cobrança de uma taxa de 0,10€ ao consumidor final pela disponibilização de saco de plástico, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

#### Indicações transmitidas:

A entidade foi informada que o valor da taxa sobre saco de plástico era de 0,10 €. A empresa alterou o valor a cobrar, durante a segunda deslocação ao local.

#### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: